

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Aprovado em Minuta  
O Presidente da Câmara

N.º 614 /2013

Considerando que:

- a)- Constitui receita do Município, nos termos da alínea b) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro na redação atual, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º daquele diploma legal;
- b)- Ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro na redação atual, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas de derrama a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei;
- c)- Em caso de ausência da comunicação da deliberação, à Direcção-Geral dos Impostos, por via eletrónica, ou a receção da referida comunicação para além do prazo estabelecido no n.º 8 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, não há lugar à liquidação e cobrança de derrama;
- d)- O teor do referido artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, é o seguinte - e passa a reproduzir-se -:

### *Artigo 14º*

*1 - Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.*

*2 - Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a (euro) 50000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.*

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

*3 - Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados, a título excecional, propor, fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais.*

*4 - A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150000.*

*5 - Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 117.º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.*

*6 - Entende-se por massa salarial o valor das despesas efetuadas com o pessoal e escrituradas no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.*

*7 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.*

*8 - Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.*

*9 - A deliberação a que se refere o n.º 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.*

*10 - Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja recebida para além do prazo nele estabelecido, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama.*

*11 - O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Direcção-Geral dos Impostos.;*

e)- Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derramas;

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

f)- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta;

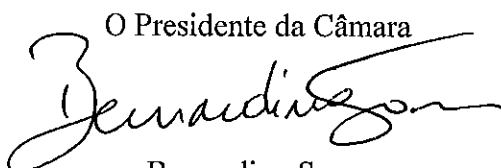
Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal de Loures, nos termos conjugados do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro na redação atual, e do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, estas duas últimas normas ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à Assembleia Municipal de Loures, para deliberação, a proposta de:

**A)-** Lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) referente a 2013 e a cobrar em 2014;

**B)-** O lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% a todos os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na redação atual.

Loures, 6 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara  
  
Bernardino Soares

2ª Reunião Ordinária  
20/11/2013

Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foi apresentada a Proposta seguinte relativamente à alínea b) da Proposta:

"(...) **B)-** O lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 1% a todos os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse €300.000,00, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na redação atual. (...)"

*A Proposta nº 614/2013 subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara foi aprovada, com os votos contra da senhora Vereadora e dos senhores Vereadores do Partido Socialista*

Aprovado em Minuta  
O Presidente da Câmara

